



Câmara Municipal da Serra – Espírito Santo

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014



Procurador

Manhã

Organizadora:



CARGO: PROCURADOR

01

Sobre os Princípios Fundamentais previstos na Constituição da República Federativa do Brasil, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) O pluralismo político e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa são fundamentos da República Federativa do Brasil.
- B) A defesa da paz e a não intervenção são princípios que regem a República Federativa do Brasil nas suas relações internacionais.
- C) Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais são objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.
- D) O repúdio ao terrorismo e ao racismo são fundamentos da República Federativa do Brasil, enquanto a defesa da concessão de asilo político é um objetivo fundamental.

02

Segundo a Constituição da República Federativa do Brasil, é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

- A) Organizar, manter e executar a inspeção do trabalho.
- B) Exercer a classificação, para efeito indicativo, de diversões públicas e de programas de rádio e de televisão.
- C) Explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão dos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens.
- D) Proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos.

03

Sobre o Processo Legislativo previsto na Constituição da República Federativa do Brasil, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) É vedada a reedição, na mesma sessão legislativa, de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo.
- B) O veto será apreciado em sessão conjunta, dentro de trinta dias a contar de seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Deputados e Senadores.
- C) A Constituição poderá ser emendada mediante proposta de um terço das Assembleias Legislativas das Unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.
- D) A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, 1% do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

04

Sobre a Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) O Congresso Nacional escolhe um terço dos Ministros do Tribunal de Contas.
- B) O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União.
- C) As decisões do Tribunal de Contas da União de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo.
- D) As Constituições estaduais disporão sobre os Tribunais de Contas respectivos, que serão integrados por sete Conselheiros.

05

Sobre Controle de Constitucionalidade, é correto afirmar que

- A) se admitirá intervenção de terceiros no processo de ação direta de inconstitucionalidade.
- B) havendo modificação do entendimento do Tribunal, é possível ação rescisória de ação direta de inconstitucionalidade.
- C) a concessão da medida cautelar torna aplicável a legislação anterior acaso existente, salvo expressa manifestação em sentido contrário.
- D) a decisão sobre a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade da lei ou do ato normativo somente será tomada se presentes na sessão, pelo menos, sete Ministros.

06

NÃO diz respeito à validade do Negócio Jurídico:

- A) Agente capaz.
- B) Termo ou encargo.
- C) Forma prescrita ou não defesa em lei.
- D) Objeto lícito, possível, determinado ou determinável.

07

De acordo com o Código Civil, a pretensão de ressarcimento de enriquecimento sem causa prescreve em

- A) dois anos.
- B) três anos.
- C) quatro anos.
- D) cinco anos.

08

Sobre o tratamento que o Código Civil dá ao tema Responsabilidade Civil, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Aquele que, por ato ilícito, causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.
- B) O dono, ou detentor, do animal ressarcirá o dano por este causado, mesmo que se comprove culpa exclusiva da vítima ou força maior.
- C) Aquele que demandar por dívida já paga, no todo ou em parte, sem ressaltar as quantias recebidas, ficará obrigado a pagar ao devedor, o dobro do que houver cobrado.
- D) A indenização mede-se pela extensão do dano. Se houve excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano, poderá o juiz reduzir, equitativamente, a indenização.

09

Acerca do penhor agrícola, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Os frutos acondicionados ou armazenados podem ser objeto de penhor.
- B) O penhor agrícola não pode ser convencionado por prazo superior ao da obrigação garantida.
- C) Os animais do serviço ordinário do estabelecimento agrícola e as colheitas pendentes, ou em via de formação, podem ser objeto de penhor.
- D) O penhor agrícola que recai sobre colheita pendente não abrange a imediatamente seguinte, mesmo insuficiente a que se deu em garantia.

10

Segundo redação da própria norma, a Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência, NÃO se aplica

- A) ao empresário.
- B) à sociedade limitada.
- C) à sociedade empresária.
- D) à sociedade de economia mista.

11

Sobre Recuperação e Falência, analise as afirmativas.

- I. O administrador judicial será profissional idôneo, preferencialmente advogado, economista, administrador de empresas ou contador, mas nunca pessoa jurídica.
- II. Caberá aos próprios membros do Comitê de Credores indicar, dentre eles, quem irá presidi-lo.
- III. Caberá ao devedor ou à massa falida arcar com as despesas relativas à remuneração do administrador judicial e das pessoas eventualmente contratadas para auxiliá-lo.
- IV. Na escolha dos representantes de cada classe no Comitê de Credores, somente os respectivos membros poderão votar.

Estão corretas apenas as afirmativas

- A) I e IV.
- B) II e III.
- C) I, II e III.
- D) II, III e IV.

12

No Direito Processual Civil, NÃO é lícito formular pedido genérico

- A) quando o devedor puder cumprir a prestação de mais de um modo.
- B) nas ações universais, se não puder o autor individualizar na petição os bens demandados.
- C) quando não for possível determinar, de modo definitivo, as consequências do ato ou fato ilícito.
- D) quando a determinação do valor da condenação depender de ato que deva ser praticado pelo réu.

13

NÃO são exigíveis do devedor, na recuperação judicial ou na falência, os(as)

- A) multas contratuais. C) obrigações a título gratuito.
B) créditos quirografários. D) créditos com privilégio especial.

14

De acordo com o Código de Processo Civil, ambos os cônjuges NÃO serão necessariamente citados para as ações

- A) possessórias.
B) que versem sobre direitos reais imobiliários.
C) resultantes de fatos que digam respeito a ambos os cônjuges ou de atos praticados por eles.
D) que tenham por objeto o reconhecimento, a constituição ou a extinção de ônus sobre imóveis de um ou de ambos os cônjuges.

15

Sobre o tratamento que o Código de Processo Civil dá aos prazos, analise as afirmativas.

- I. Salvo disposição em contrário, computar-se-ão os prazos, excluindo o dia do começo e incluindo o do vencimento.
II. Os prazos somente começam a correr do primeiro dia útil após a intimação.
III. A superveniência de férias interrompe o curso do prazo, que voltará a correr no primeiro dia seguinte às férias.
IV. Quando a lei não marcar outro prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento depois de decorridas quarenta e oito horas.

Estão corretas apenas as afirmativas

- A) I e II. B) I e III. C) II e IV. D) III e IV.

16

No Direito Processual Civil é permitida a cumulação, num único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, ainda que entre eles não haja conexão. São requisitos de admissibilidade da cumulação, EXCETO:

- A) Que os pedidos sejam compatíveis entre si.
B) Que os pedidos possam ser analisados sucessivamente.
C) Que seja competente para conhecer deles o mesmo juízo.
D) Que seja adequado para todos os pedidos o tipo de procedimento.

17

“O executado, independentemente de penhora, depósito ou caução, poderá opor-se à execução por meio de embargos. Os embargos serão oferecidos no prazo de _____ dias, contados da juntada aos autos do mandado de citação.” Assinale a alternativa que completa corretamente a afirmativa anterior.

- A) cinco B) dez C) quinze D) trinta

18

Exclui o crédito tributário:

- A) A isenção. C) O pagamento.
B) A prescrição. D) A conversão de depósito em renda.

19

O Código Tributário Nacional (CTN) estabelece o IPTU como o imposto, de competência dos Municípios, sobre a propriedade predial e territorial urbana que tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel ou natureza ou por acessão física, como definido na lei civil, localizado na zona urbana do Município. O referido código exige como requisito mínimo a existência de, pelo menos, dois melhoramentos elencados na norma para que se entenda a área como zona urbana. Assinale a alternativa que apresenta um melhoramento NÃO previsto no CTN.

- A) Sistema de esgotos sanitários.
B) Meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais.
C) Rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar.
D) Escola primária a uma distância máxima de cinco quilômetros do imóvel considerado.

20

“É nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, salvo o de pequenas compras de pronto pagamento, assim entendidas aquelas de valor não superior a _____ do limite cuja referência encontra-se descrita na lei, feitas em regime de adiantamento.” Assinale a alternativa que completa corretamente a afirmativa anterior.

- A) 2% B) 3% C) 5% D) 10%

21

Estabelece o Código Tributário Nacional (CTN) que são solidariamente obrigadas: as pessoas que tenham interesse comum na situação que constitua o fato gerador da obrigação principal; e, as pessoas expressamente designadas por lei. Sobre o tema, é correto afirmar que o(a)

- A) referida solidariedade não comporta benefício de ordem.
B) isenção ou remissão de crédito não exonera todos os obrigados.
C) pagamento efetuado por um dos obrigados não aproveita aos demais.
D) interrupção da prescrição contra um dos obrigados não prejudica os demais.

22

Admite-se a revogação dos atos administrativos

- A) abstratos. C) que a lei declare irrevogáveis.
B) já exauridos. D) que tenham gerado direito adquirido.

23

Em relação à Extinção do Ato Administrativo, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) O fundamento da anulação é a ilegalidade do ato administrativo.
B) A revogação do ato administrativo não tem efeitos retroativos, ou seja, seus efeitos são *ex nunc*.
C) O sujeito ativo da anulação do ato administrativo pode ser tanto a Administração Pública quanto o Poder Judiciário.
D) A revogação do ato administrativo se dá por razões de conveniência, oportunidade ou ilegalidade do ato administrativo.

24

Para os fins da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei de Licitações e Contratos, NÃO se considera como serviço técnico profissional especializado o relativo a

- A) pareceres, perícias e avaliações em geral.
B) patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas.
C) estudos técnicos, planejamentos e projetos básicos ou executivos.
D) quando houver possibilidade de comprometimento da segurança nacional.

25

De acordo com a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei de Licitações e Contratos, assinale a alternativa que apresenta um tipo de licitação.

- A) Leilão. B) Concurso. C) Concorrência. D) Menor preço.

26

De acordo com a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei de Licitações e Contratos, os contratos regidos pela referida lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas e unilateralmente pela Administração, no seguinte caso:

- A) Cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos.
B) Quando houver o não cumprimento das cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos.
C) Quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos.
D) No caso de alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato.

27

“Considera-se _____ a retomada do serviço público pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização, na forma da lei.” Assinale a alternativa que completa corretamente a afirmativa anterior.

- A) rescisão B) reversão C) anulação D) encampação

34

A organização da Previdência Social obedecerá, dentre outros, ao seguinte princípio e diretrizes:

- A) Preservação do valor real dos benefícios.
- B) Descentralização, com direção única em cada esfera de governo.
- C) Atendimento integral, com prioridade para as ações preventivas.
- D) Provimento de ações e serviços através de rede regionalizada e hierarquizada, integrados em sistema único.

35

A Seguridade Social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinado a assegurar o direito relativo à

- A) saúde e à assistência social.
- B) saúde e à previdência social.
- C) assistência e à previdência social.
- D) saúde, à previdência e à assistência social.

36

É considerado segurado obrigatório da Previdência Social, como contribuinte individual,

- A) o ministro de confissão religiosa e o membro de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa.
- B) quem presta, a diversas empresas, sem vínculo empregatício, serviços de natureza urbana ou rural definidos no regulamento.
- C) o brasileiro ou estrangeiro domiciliado e contratado no Brasil para trabalhar como empregado em sucursal ou agência de empresa nacional no Exterior.
- D) aquele que presta serviço de natureza urbana ou rural à empresa, em caráter não eventual, sob sua subordinação e mediante remuneração, inclusive como diretor empregado.

37

Período de carência é o número mínimo de contribuições mensais indispensáveis para que o beneficiário faça jus ao benefício. No Regime Geral de Previdência Social, independe de carência a concessão da prestação de

- A) auxílio-doença.
- B) auxílio-reclusão.
- C) aposentadoria por idade.
- D) aposentadoria por invalidez.

38

A Lei Orgânica do Município de Serra/ES proíbe, em algumas situações, a nomeação de servidor público para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração pela Administração Pública direta e indireta, incluindo a Câmara do Município. Assinale a alternativa que apresenta uma situação NÃO descrita na lei orgânica.

- A) Os que forem demitidos do serviço público em decorrência de processo administrativo ou judicial, pelo prazo de cinco anos, contado da decisão, salvo se o ato houver sido suspenso ou anulado pelo Poder Judiciário.
- B) Condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de oito anos após o cumprimento de pena, por crime contra a economia popular, a fé pública, a administração pública e o patrimônio público.
- C) Os que tiveram suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável que configure ato doloso de improbidade administrativa, e por decisão irrecorrível do órgão competente, salvo se esta houver sido suspensa ou anulada pelo Poder Judiciário, desde a decisão até o transcurso do prazo de oito anos.
- D) Os que, em estabelecimento de crédito, financiamento ou seguro, tenham sido ou estejam sendo objeto de processo de liquidação judicial ou extrajudicial, hajam exercido, nos doze meses anteriores à respectiva decretação, cargo ou função de direção, administração ou representação, enquanto não forem exonerados de qualquer responsabilidade.

39

“As comissões são órgãos técnicos compostos de _____ vereadores, com finalidade de examinar matéria em tramitação na Câmara e emitir parecer sobre a mesma, ou de proceder a estudos sobre assuntos de natureza essencial, ou, ainda, de investigar fatos determinados de interesse da Administração.” Assinale a alternativa que completa corretamente a afirmativa anterior.

- A) dois
- B) três
- C) cinco
- D) sete

40

Sobre os segurados especiais, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Não descaracteriza a condição de segurado especial a associação em cooperativa agropecuária.
- B) O segurado especial fica excluído dessa categoria a contar do primeiro dia do mês em que tornar-se segurado obrigatório de outro regime previdenciário.
- C) Não é segurado especial o membro de grupo familiar que possuir outra fonte de rendimento, mesmo que decorrente de benefício de pensão por morte, auxílio acidente ou auxílio-reclusão, em qualquer caso.
- D) Para serem considerados segurados especiais, o cônjuge ou companheiro e os filhos maiores de dezesseis anos ou a estes equiparados deverão ter participação ativa nas atividades rurais do grupo familiar.

PROVA ESCRITA DISCURSIVA

ORIENTAÇÕES GERAIS

- A Prova Escrita Discursiva é de caráter eliminatório e classificatório, constituída de um estudo de caso.
- Para a Prova Escrita Discursiva, o candidato deverá formular texto com extensão mínima de 20 (vinte) e máxima de 30 (trinta) linhas.
- A Prova Escrita Discursiva deverá ser manuscrita, em letra legível, com caneta esferográfica de corpo transparente e de tinta azul ou preta, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas, exceto no caso de candidato que solicitou atendimento especial para este fim, nos termos do Edital. Nesse caso, o candidato será acompanhado por um fiscal do IDECAN devidamente treinado, para o qual deverá ditar o texto, especificando oralmente a grafia das palavras e os sinais gráficos de pontuação.
- O candidato receberá nota zero na Prova Escrita Discursiva em casos de não atendimento ao conteúdo avaliado, de não haver texto, de manuscruver em letra ilegível ou de grafar por outro meio que não o determinado no item anterior, bem como no caso de identificação em local indevido.
- Será desconsiderado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado ou que não atingir a extensão mínima ou ultrapassar a extensão máxima permitida.
- A Prova Escrita Discursiva terá o valor de 10 (dez) pontos.
- Para efeito de avaliação da Prova Escrita Discursiva serão considerados os seguintes elementos de avaliação:

ELEMENTOS DE AVALIAÇÃO DA PROVA ESCRITA DISCURSIVA		
Crítérios	Elementos da Avaliação	Total de pontos por critério
Aspectos Formais e Aspectos Textuais	Observância das normas de ortografia, pontuação, concordância, regência e flexão, paragrafação, estruturação de períodos, coerência e lógica na exposição das ideias.	4 pontos
Aspectos Técnicos	Pertinência da exposição relativa ao tema, à ordem de desenvolvimento proposto e ao conteúdo programático proposto.	6 pontos
TOTAL DE PONTOS		10 pontos

O Vereador X do Município Y encaminha projeto de lei à Câmara Municipal, criando cargos na Administração Pública Municipal. O projeto passa pelas devidas comissões e, posteriormente, é aprovado.

Considerando as informações anteriores, responda de maneira fundamentada:

- Há algum tipo de vício no processo legislativo?
- Se o Chefe do Poder Executivo Municipal sancionasse o projeto, convalidaria qualquer vício que porventura existisse?

ESTUDO DE CASO

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

INSTRUÇÕES

1. Material a ser utilizado: caneta esferográfica de tinta azul ou preta. Os objetos restantes devem ser colocados em local indicado pelo fiscal da sala, inclusive aparelho celular desligado e devidamente identificado.
2. Não é permitida, durante a realização das provas, a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo. Especificamente, não é permitido que o candidato ingresse na sala de provas sem o devido recolhimento, com respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: *bip*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, *ipad*, *ipod*, *tablet*, *smartphone*, mp3, mp4, receptor, gravador, calculadora, câmera fotográfica, controle de alarme de carro, relógio de qualquer modelo etc.
3. Durante a prova, o candidato não deve levantar-se, comunicar-se com outros candidatos e fumar.
4. A duração da prova é de 04 (quatro) horas, já incluindo o tempo destinado à entrega do Caderno de Provas e à identificação – que será feita no decorrer da prova – e ao preenchimento do Cartão de Respostas (Gabarito) e Folha de Texto Definitivo (Prova Escrita Discursiva – somente para o cargo de Procurador).
5. Somente em caso de urgência pedir ao fiscal para ir ao sanitário, devendo no percurso permanecer absolutamente calado, podendo antes e depois da entrada sofrer revista através de detector de metais. Ao sair da sala no término da prova, o candidato não poderá utilizar o sanitário. Caso ocorra uma emergência, o fiscal deverá ser comunicado.
6. O Caderno de Provas consta de 40 (quarenta) questões de múltipla escolha. Leia-o atentamente.
7. **As questões das provas objetivas são do tipo múltipla escolha, com 04 (quatro) opções (A a D) e uma única resposta correta.**
8. Será aplicada somente para o cargo de Procurador, Prova Escrita Discursiva, de caráter eliminatório e classificatório, constituída de **1 (um) estudo de caso**.
9. Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente se o Caderno de Provas corresponde ao cargo a que está concorrendo, bem como se os dados constantes no Cartão de Respostas (Gabarito) e Folha de Texto Definitivo (Prova Escrita Discursiva – somente para o cargo de Procurador) que lhe foram fornecidos estão corretos. Caso os dados estejam incorretos, ou o material esteja incompleto, ou tenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao fiscal.
10. Os fiscais não estão autorizados a emitir opinião e prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.
11. O candidato poderá retirar-se do local de provas somente a partir dos 90 (noventa) minutos após o início de sua realização, contudo, não poderá levar consigo o Caderno de Provas, sendo permitida essa conduta apenas no decurso dos últimos 30 (trinta) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término.
12. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala somente poderão sair juntos. Caso o candidato insista em sair do local de aplicação das provas, deverá assinar um termo desistindo do Concurso Público e, caso se negue, deverá ser lavrado Termo de Ocorrência, testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo fiscal da sala e pelo Coordenador da Unidade.

RESULTADOS E RECURSOS

- As provas aplicadas, assim como os gabaritos preliminares das provas objetivas serão divulgados na *Internet*, no site **www.idecan.org.br**, a partir das 16h00min do dia subsequente ao da realização das provas.
- O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas disporá de **02 (dois) dias úteis**, a partir do dia subsequente à divulgação, em requerimento próprio disponibilizado no *link* correlato ao Concurso Público no endereço eletrônico **www.idecan.org.br**.
- A interposição de recursos poderá ser feita somente via *Internet*, através do Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos, com acesso pelo candidato ao fornecer dados referentes à sua inscrição apenas no prazo recursal, ao IDECAN, conforme disposições contidas no site **www.idecan.org.br**, no *link* correspondente ao Concurso Público.